

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

2



Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0281-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.817222605>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira,
Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Gênero e sexualidade Lugares, história e condições*, reúne neste segundo volume onze artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1 A FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DE MULHERES NEGRAS BENZEDEIRAS E REZADEIRAS MORADORAS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA/MINAS GERAIS

Teresinha de Jesus Ferreira


Antônio Marcos de Oliveira Siqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226051>

CAPÍTULO 2..... 10 AGORA É QUE SÃO ELAS: UM ESTUDO SOBRE O EMPODERAMENTO DE MENINAS E A IGUALDADE DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO

Josélia Rita da Silva

Rafael Soares Salles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226052>

CAPÍTULO 3..... 28 RESIGNIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Anna Christina Freire Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226053>

CAPÍTULO 4..... 40 PATRIARCADO, *INSTAGRAMMERS*, RELAÇÕES DE CONSUMO: UM OLHAR DISCURSIVO SOB PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Sara Asseis de Brito

Icléia Caires Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226054>

CAPÍTULO 5..... 64 O LUGAR DA PROSTITUTA NO OCIDENTE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O TRABALHO SEXUAL

Rosemary Fernandes Correa Alencar

Gabriela Ramos Miranda

Vanessa Mairla Lima Braga

Tania Cristina Cardoso

Jayna Pereira Fontes dos Santos

Leula Campos Silva

Maria Almira Bulcão Loureiro


Ana Cassia Martins Ribeiro Cruz







Alda de Nátia Martins Bottentuit

Nicanor Urbano Pinheiro de Sousa

Gilvania Batista Santos

Elzimar Costa Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226055>

CAPÍTULO 6	79
MULHERES/AMANTES: REPRESENTAÇÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE SER A “OUTRA”	
Maria Jorge dos Santos Leite	
Alexsandra Dias Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226056	
CAPÍTULO 7	89
IMPACTO DEL ACCIONAR DEL CENTRO DE EMERGENCIA MUJER EN LA VIOLENCIA DE GÉNERO DE LA MUJER DEL ALTIPLANO PERUANO	
Juana Victoria Bustinza Vargas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226057	
CAPÍTULO 8	102
HOMOSSEXUALIDADE E O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: REFLEXÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL	
Victor Hugo Milagres	
Lara Fieto de Toledo	
Lana Francischetto	
Ísis Micaelly de Oliveira Morais	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226058	
CAPÍTULO 9	110
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	
Kathleen dos Santos Silva	
Brenda de Lima Pinto da Silva	
Beatryz Andrade Lira	
Katuscia Kintschev	
Zaira de Andrade Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226059	
CAPÍTULO 10	122
A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NO ESTATUTO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS PARA UM ESTUDO DO TRANSFEMINICÍDIO E DA PRECARIIDADE SOCIAL DE MULHERES TRANS	
Silvana Marinho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81722260510	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS E SOCIAIS DOS PROJETOS DE LEI APRESENTADOS EM SANTA CATARINA CONTRA GRUPOS IDENTITÁRIOS TRANS GÊNEROS	
Maria Lis Cardoso	
Luiz Harley Caires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.81722260511	
SOBRE O ORGANIZADOR	158
ÍNDICE REMISSIVO	159

CAPÍTULO 8

HOMOSSEXUALIDADE E O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: REFLEXÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

Data de aceite: 02/05/2022

Victor Hugo Milagres

Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga-
FADIP

Lara Fieto de Toledo

Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga-
FADIP

Lana Francischetto

Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga-
FADIP

Ísis Micaelly de Oliveira Moraes

Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga-
FADIP

RESUMO: A partir do ano de 2004 que o direito brasileiro volveu o olhar para a saúde da população LGBT. Nessa senda, a efetivação das políticas de Estado se encontram prejudicadas, conforme apontam os estudos realizados na segunda década do século XXI. O presente artigo tem como objetivo evidenciar a atuação das políticas públicas direcionadas à saúde da população homossexual brasileira, bem como a regulamentação sobre o tema, ante a fragilidade da saúde LGBT, apontada por importantes estudos como vulnerável, propondo ainda, a divulgação e ampliação das discussões no âmbito acadêmico e social, com vistas a promoção da dissolução dos preconceitos existentes.

PALAVRAS CHAVES: Homossexualidade; direito à saúde; políticas públicas

ABSTRACT: As of 2004, Brazilian law turned its attention to the health of the LGBT population. In this sense, the effectiveness of State policies is impaired, as pointed out by studies conducted in the second decade of the 21st century. This article aims to evidence the performance of public policies directed to the health of the Brazilian homosexual population, as well as the regulation on the subject, in face of the fragility of LGBT health, pointed out by important studies as vulnerable, also proposing the disclosure and expansion of discussions in the academic and social spheres, with a view to promoting the dissolution of existing prejudices.

KEYWORDS: Homosexuality; right to health; public policies

1 | INTRODUÇÃO

A sexualidade, uma questão abordada por um novo viés moderno, mas que ainda, é enraizada de mitos e tabus, juntamente com suas nuances é uma constituinte fundamental e imprescindível para o ser humano e sua existência, estando presente em toda a vida humana, em especial, nas relações interpessoais que ao longo do tempo vão sendo desenvolvidas, bem como nas relações intrapessoais, que está diretamente relacionada à subjetividade de cada indivíduo, que impactam diretamente na determinação do modo de ser, de pensar, de se posicionar, de se revelar para o externo, tendo em vista as características estruturantes da identidade e da personalidade

ligadas à sexualidade, uma vez que consolida os níveis biológicos, psicológicos e sociais. (ABDO; GUARIGLIA-FILHO, 2004).

Nessa senda, a expressão da sexualidade está ligada por uma complexa interação de fatores, podendo afetar as relações do indivíduo com outros, por fatos relevantes que ocorrem ao longo da existência humana ou mesmo pela meio cultural em que está inserido o indivíduo (ABDO; GUARIGLIAFILHO, 2004), expressando o modo de ser da sexualidade como uma construção gradual durante o crescimento e o desenvolvimento psicossocial do indivíduo, considerando as relações com outros indivíduos e experiências adquiridas, refletindo na evolução do ser humano ao longo de seu ciclo vital, sendo essa evolução delimitada pela performance e pela identidade de gênero, sendo essas características, moldadoras do ser.

Destarte, a construção social, histórica, política e econômica é elemento constitutivo das relações sociais desenvolvidas entre homens e mulheres. Nessa senda, a referida construção é fruto de uma série de símbolos, instituições e normas que definem modelos de masculinidade e feminilidade. Logo, o sistema sexo/gênero realizam uma espécie de operacionalização das relações de poder (PISCITELLI, 2001), que a princípio, delimita e reforça padrões de comportamento, dentre os que são aceitáveis ou não para homens e mulheres, o que se pode ou não fazer, permitindo assim, generalizações para as novas formas de se interpretar a expressão da sexualidade dos indivíduos, ou seja, diversidade sexual.

Outrora, ao se falar da diversidade sexual, resgata-se elementos para compreender significados e dar sentido a essa construção, bem como é revelado a partir de uma identidade sexual (TONIETTE, 2006).

Dessa forma, um exemplo externado por Pereira e Leal (2005), é a definição da identidade sexual a partir de quatro critérios, quais sejam, o sexo biológico, a identidade de gênero, os papéis sexuais sociais e a orientação sexual.

Assim, essa discussão para conceituação, como sobre a definição de identidade de gênero e a identidade sexual, denota a abordagem de construções mutáveis e dinâmicos. Nessa linha, tanto a identidade heterossexual como a identidade normal e natural é negar toda e qualquer identidade que seja uma construção social e, toda identidade culmine em um processo dinâmico, que à medida que se avança, se remodela, não sendo fixo, mas flexível (LOURO, 1997).

Portanto, ao se falar em homossexualidade, percebe-se a definição da orientação sexual que envolve a atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, revela-se ainda, que essa atração sempre existiu ao longo da história, nas mais diferentes sociedades e culturas, tendo sido permitido posicionamentos sociais, ou de aceitação ou de repulsa (TONIETTE, 2006), sendo, atualmente, muito criticada por uma parcela da sociedade, sob o argumento de ir contra a naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres.

No entanto, falar da homossexualidade é falar da sexualidade humana, da

diversidade sexual, resgatando elementos para compreender significados e sentidos dessa construção social (TONIETTE, 2006), ainda repudiada e discriminada pela sociedade, em especial, no Brasil, considerando as raízes históricas de preconceito e patriarcalismo.

Portanto, constitui-se como objetivo deste estudo evidenciar, através das produções científicas presentes em plataformas de dados eletrônicas, como Scielo e PubMed, a existência e a atuação das políticas públicas especificamente direcionadas às necessidades de saúde da população homossexual brasileira.

Logo, o presente artigo busca explicar os principais pontos e discussões sobre o tema, possibilitando à população em geral e, principalmente, aos profissionais de saúde a visão e a reflexão acerca da atual conjuntura da saúde LGBT, sinalizando aspectos desafiadores da formulação e da implantação de políticas que, efetivamente, atendam às demandas desse público.

2 | REFLEXÕES: HOMOSSEXUALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

De antemão, ao passo que surgem novas buscas pelos direitos em cidadania, é evidente que no Brasil, ainda é escasso o conhecimento das necessidades em saúde da população homossexual, considerando a falta de pesquisas e de políticas sociais voltadas a esse grupo, evidenciando a ausência no campo formal e material de políticas de saúde aptas a fomentas as demandas existentes por parte dessa categoria.

Com isso, estudos apontam que a população em questão apresenta demasiada resistência à procura dos serviços de saúde, deflagrando o contexto discriminatório existente, organizado em função de uma heterossexualidade presumida, da falta de qualificação e do preconceito dos profissionais de saúde para atender a essa demanda. (BARBOSA; FACCHINI, 2009). À vista disso, a população LGBT, em decorrência da não adequação do gênero ao sexo biológico ou à identidade sexual heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos violados e, muitas vezes, devido a sua hipossuficiente por pertencer a grupos minoritários, encontram-se em situação de vulnerabilidade (LIONÇO, 2008).

Logo, considerando essa realidade, o próprio Ministério da Saúde reconhece as identidades sexual e de gênero como um atributo que expõem a população LGBT à discriminação e à violação de direitos humanos e, principalmente, ao acesso não integral à saúde, em contrapartida aos princípios do Sistema Único de Saúde e ao que prevê a Constituição Federal. (BRASIL, 2008).

Nessa linha, infere-se diante da situação fática instaurada em nosso país que a população LGBT não tem suas necessidades de saúde contempladas por estarem subordinadas à preconceitos, como a homofobia, ou seja, estão sujeitos a todo momento à rejeição e à homofobia, tendo que lidar diariamente com situações adversas e desconfortáveis diretamente ligadas a sua identidade de gênero.

Assim, verifica-se a dificuldade enfrentada por essa parcela da população em revelar sua orientação sexual, seja no seio familiar ou ao ser atendido nos estabelecimentos de saúde, sendo ou reprimido e/ou obrigado a lidar com o impacto negativo na qualidade da prestação dos serviços.

Dessa forma, insta dizer que a população homossexual feminina enfrenta situações ainda mais específicas, conforme expõem BARBOSA E FACHINE (2009), ao detalhar que *“mulheres lésbicas realizam com menor frequência exames preventivos e rotineiros, como o exame de prevenção contra o câncer de colo uterino (Papanicolau) e o exame de prevenção contra o câncer de mama (Mamografia).”*

Logo, os motivos expostos por essas mulheres para justificar a baixa procura dos serviços de saúde vão desde a discriminação dispendida pelos profissionais de saúde após a informação sobre a orientação sexual, até mesmo a falta de especificidade lésbica na carteira de serviços em saúde oferecidos pela rede, culminando em consultas que não correspondem às demandas do grupo (BARBOSA; FACHINE, 2009).

Nessa senda, necessário a realização do mapeamento das demandas de saúde em relação à homossexualidade, tendo em vista a existência do acomentimento desse grupo da incidência de problemas mentais, IST's, HIV-Aids, ressaltando ainda o envolvimento com drogas e o uso excessivo de álcool.

Destarte, quando o assunto é violência, esse cenário se torna ainda mais dramático, pela discriminação e homofobia sofrida por essa parcela da população, havendo relatos e registros de maior incidência de agressões, tentativas e homicídios a esse grupo. (RAMOS E CARRARA, 2006)

No entanto, no contexto brasileiro tem-se observado uma evolução no campo social relacionado ao grupo LGBT, como por exemplo, a existência de avanços exterminando preconceitos, como a regirada do termo homossexualismo das terminologias da saúde, dando clareza para o caráter não patológico das relações homoafetivas.

Nessa baila, a partir do ano de 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), vinculado ao Ministério da Justiça, que juntamente a grupos de ativistas reivindicam a criação e efetivação das políticas públicas de saúde voltadas para esse público, consagrando a cidadania e os direitos humanos, previstos na Constituição Federal de 1988.

Há que se ressaltar que nos anos 2000, foram criados importantes marcos para garantia da dignidade homossexual, como o Brasil Sem Homofobia que é um Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania do grupo, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica (MELO *et al.*, 2012).

Nesse contexto, tendo em vista a necessidade de se criar uma política nacional de saúde que contemplasse as especificidades LGBT, iniciou-se, em 2008, a materialização de um documento preliminar da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, cuja versão

final foi divulgada em 2010 (MELO *et al.*, 2012).

Logo, diante da criação de políticas que visassem a promoção dos direitos em saúde do público LGBT, é que a sensibilização dos profissionais da área da saúde quanto ao atendimento livre de preconceitos e julgamentos, é ainda, um dos temas mais recorrentes nos planos, programas e documentos que visam impor norte aos objetivos a serem alcançados para promoção da igualdade e acesso integral as políticas de saúde voltadas para o público LGBT.

Ainda, insta ressaltar que são necessários treinamentos e capacitações aos profissionais da área da saúde, para ensinar o desenvolvimento das políticas públicas junto as especificidades e particularidades do grupo LGBT para qualificação dos serviços a serem prestados e o aumento do nível de assistência e acolhimento a esse grupo (LIONÇO, 2008).

Por fim, é fundamental o desenvolvimento dos princípios consagrados pela Lei 8.080/90 para que sejam efetivados os princípios de universalidade, integralidade e equidade, constitutivos do SUS, promovendo a efetivação das políticas públicas existentes e a constante adaptação ao caso concreto, enfrentando os desafios existentes, em especial a homofobia e a heteronormatividade, com um viés humano e igualitário, apto a desconstruir as barreiras simbólicas existentes frente a população LGBT. (MELO *et al.*, 2011).

3 | DO DIREITO À SAÚDE E A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do Movimento da Reforma Sanitária e está garantido na Constituição de 1988. No texto constitucional a saúde é entendida de maneira ampliada e não apenas como assistência médico sanitária. Nesta concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. A Saúde, a Previdência e a Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social e esta conquista representa o compromisso e a responsabilidade do Estado com o bem-estar da população (BRASIL, 1988, art. 194).

Nessa senda, com o objetivo de difundir os direitos das pessoas e das populações em relação à saúde, por iniciativa do Estado, o Ministério da Saúde publicou a carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (BRASIL, 2006), que deflagra os direitos e deveres dos usuários contidos na legislação do SUS. Logo, com base nesse documento, buscou-se contemplar as particularidades dos diversos grupos sociais existentes, disponibilizando a carteira de serviços de saúde a toda população, possibilitando ainda, a discussão qualificada em torno do direito à saúde.

Destarte, a política LGBT é uma iniciativa para a construção de mais equidade no SUS (BRASIL, 2013), tendo como marco o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT.

Assim, podemos dizer que a Política LGBT possui em suas diretrizes as mudanças na determinação social da saúde, com o objetivo de reduzir as desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais. (BRASIL, 2013). A Política está embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, art. 1º, inc. II e III), reforçados no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, art. 3º, inc. IV).

O direito à saúde compõe os direitos sociais e, para sua concretização, a Constituição dedicou à saúde uma estrutura organização bem montada para integrá-la ao Sistema de Seguridade Social. Dessa forma, o desenvolvimento social passa a ser considerado como condição imprescindível para a conquista da saúde.

Portanto, para atendimento específico do processo de adoecimento, do sofrimento e da morte, foi criado um sistema único, público e universal, o Sistema Único de Saúde (SUS), com espeque na Constituição Federal e na Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Além disso, a Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

Por fim, a marca a fim de dissipar a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, visando promover a saúde integral de todos os grupos, bem como reduzindo as desigualdades e efetivando a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

4 | CONCLUSÃO

Com vistas ao escandido, a homossexualidade é historicamente contextualizada com o preconceito e a discriminação, inclusive quando se aborda o atendimento no âmbito da saúde pública. Assim, o acesso dessa população aos serviços de saúde tem sido descrito como injusto e excludente e tem sido considerado uma vulnerabilidade do grupo LGBT, ou seja, mesmo com os avanços em saúde, ainda há discriminação desse grupo.

Ainda, observou-se em campo específico, que existem avanços em programas e políticas públicas, em especial, a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde

Não obstante, apesar das boas perspectivas das ações propostas por essas políticas e programas, a efetivação das mesmas é um desafio, em especial no que tange à saúde desse grupo, uma vez que as consequências da homofobia, são marcadas pelos

atendimentos discriminatórios, no acesso aos serviços públicos, sendo uma das causas da exclusão da população e da repulsa à procura dos espaços de saúde.

A maioria das pesquisas revisadas menciona a urgência de sensibilizar e capacitar os recursos humanos da saúde com relação às especificidades da saúde LGBT. É necessário que os profissionais do setor tenham maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população LGBT para a qualificação dos serviços prestados pelas diversas áreas.

Logo, é imperioso dizer que a efetivação dos princípios constitutivos da Lei nº 8.080/90, de universalidade, integralidade e equidade, carecem da publicização de políticas públicas que de fato promovam o enfrentamento da homofobia e da heteronormatividade nos serviços de saúde.

Por fim, percebe-se a escassez de pesquisas que abordem o assunto, o que dificulta o conhecimento acerca da real situação da saúde do grupo. Logo, recomenda-se o estímulo a estudos que busquem conhecer tal relação, como forma de gerar dados que fomentem, inclusive, a formulação de outras políticas que efetivamente aproximem o grupo LGBT dos espaços de saúde.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*. 2013, v. 37, n. 98, pp. 516-524. Epub 31 Jan 2014. ISSN 2358-2898.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, jul./ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo>.
- ARAÚJO, M. A. L. et al. Relação Usuária-Profissional de saúde: Experiência de uma mulher homossexual em uma Unidade de Saúde de referência de Fortaleza. *Escola Anna Nery*, v.10, n. 2, p. 323-7, ago. 2006.
- ABDO, C. H. N.; GUARIGLIA FILHO, J. E. F. A mulher e sua sexualidade. In: CORDÁS, T. A.; SALZANO, F. T. *Saúde mental da mulher*. São Paulo: Editora Atheneu, 2004. p. 229-268.
- BARBOSA, R. M., FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, suppl 2, p. 291-300, 2009.
- BRASIL. Política nacional de saúde integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.
- CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, n.3, p.552-563, 2012.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. BAGOAS, n. 05, p. 131-147, 2010.

GUTIÉRREZ, N. I. M. Situación de salud sexual y reproductiva, hombres y mujeres homosexuales hospital Maria Auxiliadora. Revista Peruana de Obstetricia y Enfermería, v. 3, n. 1, p. 02-16, 2007.

GRUPO GAY DA BAHIA. Tabela geral de assassinatos de homossexuais no Brasil, 2010. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2013.

HECK, J., RANDALL, V., GORIN, S. S. Health care access among individuals involved in same-sex relationships. American Journal of Public Health, v. 96, n. 6, p. 1111-1118, 2006.

LIONÇO, T. Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.17, n.2, p.11-21, 2008.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto – Enfermagem. n. 17, v. 4, p.758-64, 2008.

MELLO L. et al. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. Revista Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, maio 2012.

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sexualidade, Salud e Sociedad, n.9, p. 7-28, 2011.

PEREIRA, H; LEAL, I. P. A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: implicações para a saúde. Análise Psicológica, v. 3, n. 23, p. 315-322, 2005.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? 2001. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2013.

RAMOS, S. CARRARA, S. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. PHYSYS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

TONIETTE, M. A. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 17, n. 1, 2006.

VALADÃO, R. C.; GOMES, R. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1451-1467, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 65

accionar 4, 89, 90, 94, 95, 98, 99

Amante 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88

Amor 79, 81, 82, 84, 85, 87

A “Outra” 4, 79, 80, 84, 87

B

Benzedeiras e rezadeiras 3, 1, 3

C

Calidad de vida 89, 94, 95, 98, 99

Compromisso ético e político 111

Conhecimento tradicional 1, 7

D

Direito 4, 7, 31, 32, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 53, 59, 60, 62, 63, 76, 77, 102, 106, 107, 108, 109, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 155, 156

Direito à saúde 102, 106, 107, 108

Discurso 40, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 68, 70, 74, 124, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 143

E

Espaços coletivos 111

Estudos de gênero 111, 112, 114, 116, 117, 120

F

Feminismos 48, 122, 123, 131

H

Homossexualidade 2, 4, 75, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 142, 149

I

Igualdade de gênero 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 30, 33, 48, 87

M

Mulher 2, 3, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 70, 71, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 107, 108, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 137, 146, 147, 151, 152

Mulheres trans 4, 122, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 139, 151

P

Patriarcado 3, 10, 11, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 63, 90, 125, 133

Política 1, 3, 7, 8, 10, 29, 31, 32, 37, 38, 70, 72, 75, 76, 82, 92, 103, 105, 106, 107, 108, 117, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 142, 150, 154

Políticas públicas 4, 28, 32, 36, 37, 66, 75, 102, 104, 106, 107, 108, 124, 129, 131, 145, 151, 154

Práticas religiosas afro-brasileiras 1

Preconceito 59, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 104, 107, 135, 143, 145, 149, 155

Prostituição 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 128

R

Regulamentação 3, 65, 66, 71, 75, 76, 77, 102, 149

S

Sociedade 2, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 27, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 41, 43, 45, 46, 47, 51, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 103, 104, 109, 111, 117, 119, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 144, 154

T

Transfeminicídio 4, 122, 124, 126, 131, 138, 151, 155

Transfobia 122, 124, 131, 134, 135, 145

V

Violência 3, 4, 12, 13, 14, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 48, 49, 50, 58, 60, 76, 87, 105, 109, 112, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 142, 143, 148, 151, 152, 154, 156

Violência de gênero 4, 13, 14, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 122, 123, 124, 125, 131, 133

Violencia familiar 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100





Violencia física 89, 90, 91, 96, 99

Violencia psicológica 89

GÊNERO E SEXUALIDADE:

Lugares, história e condições

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

GÊNERO E SEXUALIDADE:

Lugares, história e condições

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022